

Tradução

O que torna a teologia teológica?¹

WEBSTER, John. What Makes Theology Theological? *Journal of Analytic Theology*, v. 3, may 2015.

RESUMO

Uma compreensão da natureza da teologia abrange uma descrição de seu objeto, de seus princípios cognitivos, de seus fins e de seus praticantes. O objeto da teologia cristã possui dois aspectos: em primeiro lugar, Deus, a Santíssima Trindade, e, de modo derivado, todas as outras coisas em relação a Deus. A teologia começa por considerar Deus absolutamente, e em segundo lugar, relativamente. O princípio cognitivo objetivo da teologia é o conhecimento infinito de Deus, a parte cabível do qual Deus comunica às criaturas; o princípio cognitivo subjetivo da teologia é o intelecto humano regenerado. Os fins da teologia são científicos (a aquisição do conhecimento de seu objeto de modo apropriado às criaturas), contemplativos (a atenção extasiada a Deus como causa de todas as coisas) e práticos (a regulamentação da conduta da vida humana). Os praticantes da teologia são pessoas regeneradas na igreja cujo intelecto criatural é instruído por Deus e cujas obras são todas acompanhadas pelas práticas da religião.

I

Determinamos se, e em que medida, um ato ou prática intelectual específica ou campo de estudo é teológico com base numa compreensão da natureza da teologia. Uma compreensão da natureza da teologia abrange, *inter alia*, uma descrição do objeto da teologia, de seus princípios cognitivos, de seus fins, e das virtudes de seus praticantes. Os atos do intelecto criatural são teológicos na medida em que estão direcionados a esse objeto, operam com base nesses princípios cognitivos, seguem esses fins, e são empreendidos por pessoas nas quais essas virtudes podem ser encontradas. Além disso, os vários campos de estudo – histórico,

¹ Artigo traduzido por Ed Ney Braga, graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU). E-mail: edneygb@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5080074385088336>.

literário, especulativo e prático-moral – encontrados no curriculum teológico não são pesquisas díspares, fora de um gênero comum; são elementos de uma ciência unificada, e é possível verificar seu propósito, escopo e operação apropriada com referência aos seus lugares na enciclopédia teológica, o círculo do estudo e da instrução teológica.

II

O objeto da teologia cristã possui dois aspectos: Deus a Santíssima Trindade e todas as outras coisas em relação a Deus.

1. O objeto principal ou assunto da teologia cristã é Deus. Tal assunto é tratado sob dois aspectos. Em primeiro lugar, a teologia cristã considera Deus absolutamente, isto é, Deus em si mesmo em sua perfeição, integridade, beatitude e simplicidade autoexistentes como Pai, Filho e Espírito Santo, de modo anterior e à parte de qualquer relação com as criaturas. Os primeiros objetos da teologia são a essência e as propriedades divinas, e as pessoas da divindade em seus modos de ser e suas processões específicas. Como diz John Owen: “O ser divino em si mesmo é a primeira razão formal, fundamento e objeto de toda a religião” (2000, p. 41) – e, também podemos dizer, a primeira razão formal, fundamento e objeto da teologia cristã. Esse assunto – que é invisível e excede inteiramente nossa compreensão, embora possua infinita plenitude de atualidade – é o assunto primeiro e final ao qual os estudos teológicos estão dirigidos em suas diferentes vias e seus graus variados de explicitude. À medida em que a inteligência teológica considera esse objeto, ela necessariamente presta atenção a questões interinas e mediadoras: sintaxe grega, a escatologia do apóstolo Paulo, a história política da reforma gregoriana, ou as práticas da presidência eucarística. Mas, independentemente do quão envolventes sejam, tais estudos são preparatórios, contributivos e ferramentais, e servem para conduzir a mente à contemplação da infinita excelência do ser divino. A atividade intelectual é teológica se almeja essa contemplação.

Em segundo lugar, a teologia considera Deus relativamente, isto é, Deus em suas obras direcionadas às criaturas. A teologia trata dessas obras transitivas relacionando-as à sua fonte na bondade e na sabedoria da natureza e do conselho divino, e então considera sua execução externa nas obras divinas da natureza e da

graça, as quais, sob a direção da sabedoria divina, comunicam a bondade divina na criação, sustentação e aperfeiçoamento das coisas criadas. Deus, considerado relativa em vez de absolutamente, é o elemento derivativo da atenção teológica ao seu assunto principal; não é ciência primeira, e não é autônoma. A natureza das obras *ad extra* de Deus não pode ser compreendida sem referência imediata à autossatisfação intrínseca de Deus, que é princípio e fundamento destas; em outras palavras: as missões divinas temporais são inteligíveis somente enquanto derivadas das processões divinas eternas. Para Deus a comunicação externa não é natural ou necessária, mas graciosa. Apesar disso, porque Deus assim agiu – porque de seus atos pessoais internos fluem suas operações transitivas – a atenção teológica a Deus em seu ser absoluto deve ser acompanhada pela atenção a estes atos nos quais, por sua caridade, Deus relaciona-se a outros seres como sua causa primeira e seu fim.

2. O segundo elemento do objeto de duplo aspecto da teologia cristã é “todas as coisas em relação a Deus”. Três questões se destacam aqui. A primeira é a de que atender-se às coisas não-divinas é uma necessidade para a teologia, cujo sucesso será incompleto a não ser que fale também dessas coisas. No entanto, isso não ocorre porque as coisas não-divinas possuem qualquer reivindicação intrínseca à atenção teológica, menos ainda porque acredita-se que possuam uma densidade ou presença imediata que obriga a teologia a considerá-las. Em vez disso, a teologia trata das coisas não-divinas porque em primeiro lugar trata de Deus em si mesmo, e então de Deus como criador do céu e da terra. A teologia trata das coisas que não são Deus, não porque há o mundo, mas porque há Deus e há uma criação. Desse modo, a segunda questão é a de que a teologia leva em consideração as coisas não-divinas por levar em consideração o seu objeto principal; elas são uma extensão de sua contemplação de Deus. Quando a teologia se direciona às coisas não-divinas, não suspende sua fala sobre Deus, movendo-se em águas mais tranquilas nas quais pode contar com sua competência para lidar com coisas ao mesmo mais disponíveis e menos exigentes. Ao falar das coisas não-divinas, a teologia fala dos efeitos de Deus, e o faz como uma expansão de sua consideração da obra externa de Deus, origem e causa de todo o ser. Consequentemente, a terceira questão é a de que a teologia trata das coisas não-divinas sob um interesse particular, a saber, “em relação a Deus”. A teologia é uma ciência abrangente, uma ciência de tudo. Mas não uma ciência de tudo sobre tudo, e sim uma ciência de Deus e de todas as coisas sob o aspecto da

criaturalidade. Ela considera as criaturas não absoluta, mas relativamente, como causadas e como causas causadas, como realidades que vivem, movem-se e têm seu ser em Deus.

Para resumir até aqui: o objeto de duplo aspecto da teologia cristã é Deus e as coisas criadas; os atos intelectuais que perpassam os diferentes campos do trabalho teológico são teológicos na medida em que têm esse objeto em mente. Quando a inteligência teológica assim o faz, exige-se dela que se atente à ordem apropriada e à proporção em sua pesquisa. A ordem material – Deus em si mesmo, e a obra externa de Deus, as coisas criadas – é irreversível, pois as coisas criadas só são compreensíveis como efeitos das operações externas de Deus, e essas operações, por sua vez, são compreensíveis apenas na medida em que são entendidas como o fluir da simplicidade e da beatitude perfeitas de Deus. É claro que essa ordem material não é necessariamente a mesma da descoberta ou da instrução, nas quais, por razões prudenciais, podemos iniciar de modo legítimo com as criaturas; o principal não é a sequência cognitiva ou pedagógica, mas que aquilo que se descobre e que se ensina se manifeste na disposição e no arranjo dessa sequência.

Essa disposição deve refletir-se nas proporções de uma discussão teológica do objeto, isto é, em decisões sobre o que requer uma consideração mais ampla, sobre o que pode ser tratado tranquilamente com menos profundidade, e em expectativas sobre quais elementos do objeto da teologia têm mais peso. Aqui a teologia se encontra numa incerteza permanente. O que vem primeiro em sua ordem material e possui a maior proporção material – Deus em si mesmo – excede infinitamente nossa compreensão: portanto, a respeito desse assunto supremamente grandioso, a teologia tem pouquíssimo a dizer. Em face dessa restrição, nossa tentação é evadirmo-nos dessa exigência e passarmos rapidamente a outros assuntos – às obras de Deus na economia, ou às criaturas, na crença de que são mais acessíveis. Somos propensos a essa evasão como herdeiros de uma longa história na qual a ordem da descoberta das coisas criadas até Deus foi projetada na ordem do ser, de tal maneira que Deus em si mesmo flutuou para a periferia do interesse teológico. A história cultural dessa negligência – a história do naturalismo, do fenomenalismo e de suas variações teológicas – é complexa e vai além da minha alçada aqui. Porém, não devemos esquecer que também há uma história espiritual dessa negligência: a satisfação complacente na consideração das criaturas e das histórias criaturais à parte

de sua causa, a preferência pelas superfícies em detrimento das origens, e a relutância em permitir ao intelecto seguir a instrução divina e ser conduzido a Deus. Tais defeitos impedem a pesquisa teológica, e às vezes a destroem. Elas só podem ser corrigidas pela *conversio ad rem* que é a principal obra do Espírito na santificação da inteligência teológica. A teologia *torna-se* teológica.

III

A seguir, voltamo-nos aos princípios do conhecimento teológico. O labor teológico envolve um espectro de atos intelectuais – atos de leitura e interpretação, de pesquisa histórica, de abstração conceitual e de juízo prático. Todos esses diferentes atos contam como teológicos na medida em que são executados de acordo com os princípios cognitivos da teologia, que podem ser expostos da seguinte maneira: o princípio cognitivo objetivo da teologia cristã é o conhecimento infinito que Deus tem de si mesmo e de todas as coisas, parte do qual Deus comunica às criaturas; o princípio cognitivo subjetivo da teologia cristã é a inteligência humana regenerada.

1. A reflexão sobre os princípios cognitivos da teologia começa pela doutrina de Deus: ou seja, não com um panorama das capacidades, incapacidades e operações dos conhecedores humanos, mas com a contemplação do Senhor que é “o Deus da sabedoria” (1 Sm 2:3)². Ao começar dessa maneira, a teologia continua sua *conversio ad rem* ao voltar-se a um conhecedor e a um conhecimento objetivos e extrínsecos à própria teologia. A teologia o faz numa repetição de sua condição criatural, e, portanto, em normalidade genuína (bem como, talvez, em desafio ansioso ou alegre a seus vizinhos idealistas). O que deve ser dito do conhecimento divino no qual baseia-se a teologia?

O conhecimento que Deus tem de si mesmo e de todas as coisas “não se pode medir” (Sl 147:5). Desse modo, é extensivo e exaustivo: Deus sabe tudo, e tudo sobre tudo. Além disso, a perfeição do conhecimento de Deus inclui toda a sua autossuficiência. Não possui nenhuma causa interna ou externa, pois, por seu próprio ser, Deus conhece todas as coisas, e não tem necessidade de um conselheiro (Is

² Nota do tradutor (N.T.): Todas as referências bíblicas desta tradução foram feitas com base na versão: BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada (ARA). São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

40:13). O conhecimento de Deus não é adquirido; já é, como disse Agostinho, “[infinito] e capaz” (1994, XII. 17.)³, fechado à extensão; não é, portanto, discursivo, mas simultâneo, eterno e incompósito. O conhecimento de Deus é um ato de intuição simples, único e de escopo irrestrito.

Esse conhecimento divino infinito não é meramente o pano de fundo inerte e remoto contra o qual atos cognitivos criados aparecem em destaque. É, na verdade, um princípio cognitivo *operativo*, o único que possibilita, forma e garante o conhecimento das criaturas. A lembrança e o apelo à *scientia* supereminentemente divina devem acompanhar todo ato de inteligência teológica, pois todo ato desse tipo não é uma causa, mas um efeito de conhecimento. Somente nessa posição subalterna – em sua referência a Deus – um ato de inteligência teológica é também uma causa da aquisição de conhecimento. Evidentemente essa referência ao conhecimento de Deus, por ser uma referência àquilo que excede a demonstração visível, é um elemento no *páthos* da teologia, o que pode gerar certa desonra nas mentes de nossos colegas, e espanto nas nossas. Mas essa subalternidade não é um estado de coisas primariamente negativo, uma ausência vergonhosa de fundamentos intrínsecos para o conhecimento. Mais do que isso, é a afirmação de que houve e de que continua a haver um movimento de amor: Deus condescende ao comunicar às criaturas uma parte de seu conhecimento e ao convidá-las a uma comunhão racional.

É claro que, num certo sentido, o conhecimento de Deus é próprio apenas a ele mesmo, incomunicável às criaturas: “as coisas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus” (1 Co 2:11). Contudo: o que “nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano [...] Deus no-lo revelou pelo Espírito.” (1 Co 2:9, 10) A teologia é possível como obra bem fundamentada da inteligência criada porque é envolvida e ativada por uma obra divina, em virtude da qual as criaturas vêm a *conhecer*. A respeito dessa obra de Deus podemos dizer: (1) é uma obra de originalidade divina, que ocorre nas missões revelatórias do Filho e do Espírito. “Ninguém conhece o Pai, a não ser o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Mt 11:27) – aqui, o “e” não significa mera acumulação de mais sujeitos cognitivos, mas o ministério de eleição e apocalipse do Filho. “[Temos] recebido [...] o Espírito que vem de Deus, para que conheçamos o que por Deus nos foi dado gratuitamente” (1 Co 2:12) – aqui, como em outras seções de 1 Coríntios, “de Deus”

³ N.T.: No Brasil: AGOSTINHO, Santo. **Cidade de Deus**. Petrópolis: Vozes, 2017.

significa a infinita profundidade divina da qual procede o dom do conhecimento. (2) Essa obra de Deus é uma atuação exterior da generosidade de Deus, na qual ele cumpre sua intenção de que as criaturas floresçam por meio do conhecimento, e assim alcancem a completude de sua natureza. (3) É uma obra de revelação ou instrução na qual Deus condescende ao estabelecer uma comunhão de inteligência com criaturas racionais, tomando a iniciativa de afastar e vencer nossa incapacidade, relutância e resistência. Clemente de Alexandria nos diz que nosso pedagogo divino “não simplesmente nos precede, mas nos lidera pelo caminho” (1954, I. 1.).

Essa obra divina não é vazia de forma ou extensão criatural. Endereçada às criaturas e convocando-as a atos de conhecimento, ela é também uma quantidade criada. A instrução divina não é imediata, mas mediada, servida por assistentes criaturais e acomodada às formas da inteligência criatural. Os principais dentre esses assistentes são os profetas e os apóstolos, e então, em segundo lugar, outros professores humanos que repetem e aplicam a doutrina celestial que receberam de seus embaixadores proféticos e apostólicos. Através dessas embaixadas, as missões revelatórias do Filho e do Espírito alcançam sua finalidade humana.

Tudo isso significa que a teologia é possível. Não há apenas *theologia in se*, o conhecimento arquetípico do próprio Deus; há também *theologia nostra*, teologia ectípica. A possibilidade de atos intelectuais humanos genuinamente teológicos não é discernida primariamente por uma enumeração das capacidades humanas, mas pela atenção à plenitude da própria vida e conhecimento de Deus, e pela detecção das obras exteriores do amor de Deus. *Mirabile dictu*: recebemos o Espírito, temos a mente de Cristo.

2 O princípio cognitivo subjetivo da teologia é a inteligência humana regenerada

A revelação divina não é manifestação *tout court*; é ensino cuja intenção é recepção e cujo efeito é aprendizado. O ensino divino não é condicionado por sua recepção; porém, ele possui um propósito, e seu telos não é alcançado à parte de sua ativação na obra do intelecto criado. Pode-se gastar muita energia no distanciamento da teologia de alguns instintos profundos da cultura intelectual moderna, que extraem a inteligência humana da economia da criação e da regeneração, e a consideram uma faculdade de juízo transcendental. Mas a purificação da pretensão cognitiva,

independentemente do quanto ressoe com alguns temas da teologia do pecado e da graça, não é isenta de riscos. Ela pode acabar eliminando o conhecedor humano se for exercida sem prudência; essa ameaça será ainda sem uma teologia adequada da criação. Na ausência do intelecto criado a revelação divina não é exaltada, mas restringida e tornada ineficaz. Então, o que é necessário para a teologia cristã dizer a respeito da coordenação da criatura ao conhecimento infinito de Deus e seus atos amorosos de instrução?

(1) A inteligência criada é um conjunto de capacidades outorgadas e preservadas por Deus. Na posse dessas capacidades, as criaturas exercitam inteligência para apreender e entender a realidade naquilo que vai além de sua pura presença fenomênica, para alcançarem juízos sobre ela e dirigirem sua conduta em relação a ela. O exercício da inteligência é um movimento movido: inalienavelmente nosso, mas sendo-o somente por ser movido *intrinsecamente* por Deus, e, portanto, nem completamente espontâneo, nem privado da dignidade de um ato próprio a nós. À medida em que Deus se põe diante da inteligência criada, ele não a paralisa, mas a faz viver e mover-se.

(2) A inteligência criada é finita, não sendo intuitiva nem abrangente. É discursiva, laboriosa e operante no processo temporal de vir a conhecer. Embora haja aquisição e acumulação genuína de conhecimento criatural, a inteligência criatural permanece sempre *in via*, nunca obtida por completo.

(3) A inteligência criada é caída e regenerada. Apartados de Deus, nossos atos intelectuais participam no desarranjo e na fragilidade de nossa natureza, trazidos pela queda. A operação do intelecto é dificultada pela paixão, propensa à idolatria ou à fascinação com as superfícies, astutas e enganosas. E mesmo aqui a cautela tem seu lugar: a teologia, às vezes, pode dar uma atenção desproporcional à depravação do intelecto, especialmente na forma de críticas altamente carregadas e indiferenciadas aos regimes cognitivos da cultura intelectual moderna. Expor à vergonha tais pretensões é possível por meio da aplicação de uma teologia do pecado e da justiça imputada; mas se for imprudente, essa exposição pode acabar diminuindo o intelecto criado e refletir uma má-formação ou restrição das teologias da criação e da regeneração. A inteligência criada é tomada pela realidade da regeneração na qual as faculdades criadas renascem, ordenadas aos objetos que lhes cabem, libertadas da autoconfiança, e libertas para começarem a operar em sua máxima extensão.

Em suma: uma teologia apropriadamente teológica operará em conformidade com esses princípios cognitivos, que lhe orientam no campo dos objetos teológicos, bem como com normas pelas quais orientará suas operações intelectuais, deliberará sobre procedimentos, e avaliará sucessos.

IV

1. A teologia cristã não é uma atividade arbitrária, mas uma atividade governada por, e dirigida a fins que antecedem teólogos e atos teológicos particulares. O que pode ser dito acerca dos fins da teologia?

Fins não são idênticos a propósitos. Um propósito é uma intenção humana, algo que algum agente deseja, e em prol de cuja aquisição ele age. Em contraste, um fim não é intencional, mas natural, pertencente à natureza de algo independente do desejo humano. Falar do fim de algo é indicar a completude ou perfeição que este adquire ao ter sua natureza completamente atualizada, quando este é o que é em seu grau máximo. Coisas animadas e inanimadas, bestas e humanos, atos humanos e seus produtos (incluindo as artes da mente), todos têm fins apropriados nos quais suas várias naturezas são realizadas.

Fins e propósitos não são fáceis de distinguir em criaturas humanas. Isso ocorre por sermos seres racionais e morais, e por realizarmos nossa natureza de maneira intencional. Nossa natureza apresenta-se a nós como uma vocação. Realizamos nossa natureza não apenas por instinto, mas por processos de escolha e deliberação: nos apropriamos de nossa natureza e seus fins, fazendo desses fins nossos propósitos.

Em nosso estado presente de deformação moral e espiritual, no qual o reparo de nossa natureza começou mas permanece incompleto, frequentemente achamos difícil manter a distinção entre fins e propósitos, e governar propósitos por meio de fins. Isso ocorre porque nossos propósitos são conduzidos – e às vezes de modo incontrolável – por nossos desejos, e nossos desejos podem ser inadequadamente formados, ou imoderados, ou viciosos. Além disso, nossa absorção em nós mesmos e nosso apreço por nosso autogoverno pode nos tomar de tal maneira que os propósitos que postulamos para nós mesmos eclipsam ou substituam os fins dados por nossa natureza e que mantêm o nosso bem. Portanto, em todos os domínios de

nossa existência e atividade humana, exige-se de nós que exercitemos vigilância e que conformemos propósitos a bens.

A teologia cristã é uma atividade intelectual cujos fins são derivados de nossa natureza na medida em que essa natureza é envolvida pela história da criação, da revelação e da redenção. Esses fins são científicos, contemplativos e práticos, e a teologia será teológica quando fizer desses fins os seus propósitos, dirigindo e moderando suas atividades em conformidade com eles.

2. A teologia cristã almeja fins científicos, isto é, a aquisição do conhecimento de seu objeto de modo apropriado às criaturas, e segundo seus princípios cognitivos. A busca por fins científicos é um elemento da realização de nossa natureza intelectual, e é um bem criatural. Criaturas humanas são estudiosas por natureza. Temos um apetite pela aquisição de conhecimento além do necessário para a satisfação imediata de nossa natureza animal, e possuímos habilidades intelectuais das quais nos utilizamos para satisfazer esse apetite. A estudiosidade metódica e sóbria não é autoderivada ou totalmente espontânea; é criatural, é o exercício de poderes que nos foram dados, e que são movidos, preservados e fortificados por um movimento além de nós mesmos. A estudiosidade é a aplicação árdua desses poderes; não é indolente ou causal, mas concentrada, determinada, cuidadosa e resistente à conclusão prematura.

Toda atividade teológica requer esse tipo de busca intencional de fins científicos: a revelação desperta a ciência teológica. É através do estudo que Deus se torna realmente inteligível, e defeitos na aquisição e no exercício da estudiosidade ameaçam a obtenção dos outros fins da teologia. No entanto, a busca por fins científicos é instrumental e interina: necessária, mas não suficiente ou final. O esquecimento do status instrumental dos fins científicos surge de uma intenção desordenada: nossos propósitos para essa atividade falham em coincidir com seus fins intrínsecos, e a devoção excessiva a fins científicos inibe a obtenção dos verdadeiros fins da inteligência teológica. Esse propósito desordenado causa muitos danos à teologia. O objeto da teologia torna-se nosso para que nos apropriemos dele e o dominemos pela *scientia*; seus princípios cognitivos são naturalizados; a dependência da teologia na instrução divina é negligenciada. Alguns tipos de arranjo institucional nos quais a teologia é empreendida podem fornecer oportunidades para que tais distorções floresçam, mas sua causa principal é a desonestidade e a futilidade

de nossa natureza intelectual após a queda. Somente com a restauração e a regeneração dessa natureza nossos propósitos podem ser ensinados a dirigirem-se aos fins apropriados; a teologia será teológica na medida em que for envolvida por essa renovação.

3. A teologia cristã também busca fins contemplativos. A contemplação – que Tomás chama de “uma simples intuição”⁴ (2006, II-II, q. 180, a. 3, ad. 1) – exige da mente que atravesse as coisas criadas até a realidade divina de cuja autocomunicação elas são sinais e portadoras. A contemplação é a atenção extasiada a Deus como causa de todas as coisas, em vez de às coisas das quais ele é a causa. “Na contemplação, ‘o Princípio’, que é Deus, é o objeto que buscamos” (GREGORY THE GREAT, 1844, VI.61.) Esse fim contemplativo da teologia expressa uma certa teleologia da natureza humana, segundo a qual essa natureza é plenificada no conhecimento de Deus. “Essa contemplação é-nos prometida como término de todos os nossos trabalhos e perfeita plenitude da alegria”⁵ (AUGUSTINE, 1994, I. 8.).

Não é exagero afirmar que boa parte da teologia moderna tem relutado em considerar a contemplação um fim apropriado para a inteligência teológica. As marcas dessa relutância não são difíceis de encontrar. Podem ser vistas, por exemplo, no prestígio considerável gozado pela ciência histórico-literária no estudo da Sagrada Escritura; ou em apresentações da doutrina cristã esvaziadas de ambição metafísica, que tratam dogmas como auxiliares à ciência da prática cristã, transformada em teologia primeira. A suposição (às vezes convicção explicitamente articulada) em ambos os casos é a de que somente o histórico é real, que o intelecto não pode estender-se além da economia dos textos e das práticas morais. É uma suposição impaciente, mas que demonstrou aptidão notável para moldar os propósitos pelos quais o estudo teológico é empreendido. A eliminação que essa suposição fez do contemplativo é uma inibição do caráter teológico da teologia.

4. A teologia cristã busca fins práticos. A verdade contemplada forma e governa a atuação de nossas vidas, porque essa verdade nos apresenta a lei de nossa existência. Num trecho notável de seu pensamento, Aquino se pergunta se o dom da inteligência é apenas contemplativo. De início, aparentemente sim, pois “a inteligência [...] penetra as realidades mais altas”, enquanto o “intelecto prático [penetra] [...] as

⁴ N.T.: No Brasil: AQUINO, Tomás de. **Suma teológica**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

⁵ N.T.: No Brasil: AGOSTINHO, Santo. **A Trindade**. Patrística, Vol. 7. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

ínfimas, isto é, as singularidades que são a matéria de nossos atos” (2006, II-II, q. 8, a. 3, obj. 1). Novamente, o intelecto prático “não versa sobre o necessário, mas sobre as coisas contingentes que podem dar-se de outra maneira, e que podem ser objeto da ação humana” (*Id. Ibid.* II-II, q. 8, a. 3, obj. 2). Ele claramente sente o peso dessas considerações; mas no fim, considera-as restritivas. “[O] dom da inteligência aplica-se não somente ao que pertence à fé a título primário e principal, mas também a tudo aquilo que a ela se ordena. Ora, as boas ações, de certo modo, se ordenam para a fé” (*Ibid.* II-II, q. 8, a. 3, rep.). Ou, novamente, em resposta à segunda objeção: “[Cabe] à dignidade do dom, que é a inteligência, considerar as realidades inteligíveis que são eternas ou necessárias, não somente como elas são em si mesmas, mas também enquanto elas são regras para os atos humanos” (*Ibid.* II-II, q. 8, a. 3, ad. 2). Não há moralização da teologia aqui, nenhuma elevação do intelecto prático sobre o especulativo. Ao contrário, há um senso de que a contemplação não exaure os fins aos quais a inteligência teológica se dirige. De modo primário e principal, a inteligência teológica busca verdades eternas e necessárias, penetrando em sua profundidade pelo dom de Deus. Mas, por derivação, essas verdades são regulativas, e a inteligência teológica teria uma visão restrita demais dos interesses da fé se não considerasse o campo da conduta humana.

Expostos brevemente, esses são os fins do intelecto teológico. A objetividade desses fins faz dos atos do intelecto teológico ocasiões para a extensão, e mesmo para a transcendência do eu. Ou seja, esses fins nos posicionam numa situação e estabelecem uma vocação que não foi inventada por nós, à qual nos é exigido que nos conformemos por meio da assistência divina, e a qual devemos aprender a amar e a inserir em nossas intenções. Além disso, pelo fato de que esses fins apresentam a lei natural do intelecto – aquilo que o intelecto deve ser e as maneiras pelas quais deve agir para que sua natureza seja completa – elas fornecem a base para o ordenamento e a hierarquização de tarefas intelectuais específicas, e determinam a validade ou a utilidade de procedimentos intelectuais específicos. A análise dos discursos do poder esclarece o asceticismo cristão primitivo? Nossa resposta dependerá em larga medida de quais pensamos serem os fins da teologia. E, na teologia cristã, a apropriação dos fins não pode ocorrer sem que mortificação e vivificação, a repetição na vida da mente do padrão batismal de toda a existência

cristã. Com isso, voltemo-nos à consideração das virtudes do teólogo como o quarto elemento do que faz a teologia teológica.

V

Compreender o caráter teológico do intelecto teológico cristão requer, em último lugar, uma consideração dos seus praticantes e da sua obrigação de exercitarem certas virtudes. A objetividade racional, bem como o bom senso cristão, nos proíbe de dizermos muito, e cedo demais, acerca da subjetividade do teólogo, que entra em consideração somente após tratarmos do objeto da teologia, de seus princípios cognitivos, e de seus fins. Porém, em seu lugar de direito, um esboço modesto das graças pessoais que o teólogo deve exibir é uma extensão necessária de uma descrição do intelecto teológico no reino da regeneração. O telos dessa obra divina é a nossa santificação: a purificação e enriquecimento pelo Espírito Santo de nossa natureza corrupta e empobrecida, na qual nossa vida, incluindo a intelectual, é renovada. Essa renovação, comunicada pelo batismo e continuamente reiterada no deixar de lado a velha natureza e no revestimento da nova, inclui a renovação do espírito da mente (Ef 4:22-24) Ela é tanto condição quanto vocação, o dom de uma nova história moral e intelectual da qual o trabalho da teologia é também uma instância. O que mais pode ser dito a respeito dessa história?

Deus é o criador e o instrutor do intelecto criado, criando-nos, preservando-nos e endereçando-se a nós. Portanto, nosso intelecto é possuído por nós enquanto criaturas. Ter um intelecto é estar numa relação com Deus como seu doador; como uma propriedade de nossa natureza criada, ele permanece uma doação, e ao tê-lo somos, como diz Calvino, “[vestidos e adornados] de excelentes dons divinos”⁶ (1960, II. ii. 15.). No exercício dessa doação, promulgamos nossa condição criatural, pois esse exercício é um automovimento movido por Deus, que, prossegue Calvino, “preenche, aciona, vivifica a todas as coisas pelo poder do mesmo Espírito, e isso segundo a propriedade de cada espécie, a que a atribuiu pela lei da criação” (*Id. Ibid.* II. ii. 16.).

⁶ N.T.: No Brasil: CALVINO, João. **As Institutas**: Edição Clássica. 3ª ed. Cambuci: Editora Cultura Cristã, 2022.

Apesar disso, a performance de nossa natureza humana é distorcida pela queda. A depravação do intelecto não é tal que nossa natureza intelectual é completamente destruída: “[permanece] um certo resíduo de entendimento e juízo” (*Id. Ibid.* II. ii. 12.). Mas com o advento da queda, nosso intelecto perdeu a direção; não mais se move rapidamente ao seu alvo, mas dissipa-se. “[Este] desejo de buscar a verdade, [...] desfalece antes que adentre o estádio de sua corrida, porquanto cede logo à vacuidade. Pois, assim como a mente do homem não pode, sem razão de sua obtusidade, conservar a reta senda da verdadeira investigação, pelo contrário, divaga por diversos erros e, como se a tatear em trevas, tropeça repetidamente, até que, por fim, desgarrada, some de vista, assim também na busca da verdade põe à mostra o quanto é inepta para buscá-la e descobri-la” (*Id. Ibid.*). O intelecto caído é “vão” (Rm 1:21; Ef 4:17).

Nesse estado de futilidade, a estudiosidade distorce-se em curiosidade. A curiosidade é um transtorno do apetite intelectual no qual os poderes intelectuais criados são aplicados a novos objetos impróprios de conhecimento. A curiosidade busca conhecer as realidades criadas sem referência ao seu criador – como fenômenos, não como coisas criadas – e o processo de vir a saber ocorre desordenada, indiscriminada e arrogantemente. O batismo postula uma finalidade à curiosidade; mas não a elimina, e ela continua a assediá-nos, até mesmo no trabalho do intelecto teológico. Como a curiosidade entra na teologia?

A curiosidade entra quando a teologia negligencia seu objeto particular e doa-se promiscuamente a quaisquer fontes de fascinação que se apresentem, particularmente se são novas, tornando-se, então, inquieta e instável. A curiosidade entra quando a teologia ignora e se desloca de seu lugar na esfera da instrução divina e se considera espontânea e descaracterizada, ocupada com a aquisição de todo tipo de conhecimento novo, mas não mais moldada pelo curriculum da escola da revelação. A curiosidade entra quando a teologia acaba em superfícies, falhando em completar o caminho do intelecto em sua corrida rumo a Deus. Absorvida pelas propriedades históricas naturais dos vários assuntos aos quais presta atenção, ela não segue sua indicação, e não se permite ser dirigida por elas à verdade divina. A curiosidade entra quando a teologia distorce seus fins adequados, apegando-se tão intensiva e exclusivamente aos fins da ciência que a contemplação e a formação da conduta são levadas à atrofia.

A curiosidade é absurda, a realização espúria de uma natureza que não existe, a falha em realizar a natureza que de fato existe. Pois o ofício do Filho eterno é dar um fim à natureza corrupta e em seu lugar criar uma nova natureza; e o ofício do Espírito Santo é fazer dessa nova natureza real e operativa na conduta criatural. Por meio da obra “física” do Espírito, a nova natureza é concedida e sua conduta é governada, de modo que o espírito da mente seja de fato renovado. A teologia cristã é uma instância dessa renovação, e sua busca nos convoca a desempenharmos suas tarefas de formas que demonstrem a retidão e a santidade da nova natureza. A seguir, alguns exemplos.

Na atividade teológica regenerada, a cobiça intelectual é substituída pela fome e pela instrução divina. “Meditarei nos teus preceitos, e às tuas veredas terei respeito. [...] Também os teus testemunhos são o meu prazer, são os meus conselheiros. [...] Ensina-me bom juízo e conhecimento, pois creio nos teus mandamentos” (Sl 119: 15, 24 e 66). No que o salmista diz há toda uma metafísica e uma moralidade do intelecto teológico: a confiança de que seu empreendimento pode florescer porque existe o conselho divino; o senso de uma infinita amabilidade do ensino divino; o anseio em dar atenção sem distrações à instrução de Deus; a súplica confiante para que Deus continue a conceder conhecimento.

Na atividade teológica regenerada, a atenção é dirigida a um objeto único, com um único interesse. A teologia cristã é uma ciência abrangente que trata de Deus e de todas as coisas. Mas apesar de todo o seu escopo, a teologia cristã é um exercício de concentração, da qual se exige que fixe seus olhos não em tudo, mas nas veredas de Deus (Sl 119,15); apenas consentindo a essa restrição a teologia se achará na posse de algo a dizer sobre tudo.

A atividade teológica regenerada é obtida, em todas as áreas, nas práticas da religião. A “religião” é a condição de estar atado a Deus; ela denota, como diz Aquino, “orientação para Deus. A Ele principalmente nos devemos ligar, como a infalível princípio. A quem também a nossa atenta eleição se deve dirigir, como para o último fim do qual nos desviamos pelo pecado e, crendo e protestando a fé, deveremos a ele voltar” (2006, II-II, q. 81, a. 1. co.). As práticas da religião são aqueles atos adequadamente expressivos da comunhão com Deus, a qual, após o longo exílio do pecado, fomos novamente introduzidos pelas missões reconciliadoras do Filho e do Espírito. A comunhão com Deus e a religião que dela surge são o cenário de toda a

vida regenerada: doméstica, civil, prática e intelectual. A teologia não pode reter seu caráter teológico na ausência da religião. Se ela não se concentra na Sagrada Escritura, se ela não suplica pela beneficência de Deus em oração, se ela não mortifica a distração pelo uso correto do corpo e não deixa de lado o desapego irônico para com seu objeto, a teologia será, na melhor das hipóteses, de valor insignificante, e na pior delas, será uma figura estranha no reino da bondade divina.

VI

Esses apontamentos preliminares sequer começam a abordar a história cultural e religiosa em cujo limite final nos encontramos, e no curso da qual essa compreensão da natureza da ciência divina cristã, em larga medida, desapareceu. Em particular, eles não abordam a fragmentação da teologia no decorrer do séc. XVIII, sua dispersão num conjunto diverso de investigações de assuntos culturais e religiosos estudados por diferentes métodos, e as tentativas da enciclopédia teológica de recuperar a teologia como uma ciência unificada. Elas também não dão atenção à naturalização, tanto dos objetos quanto das operações, do intelecto teológico. Também não dizem nada a respeito do efeito desses processos nos vários contextos nos quais empreende-se a teologia, ou nos currículos estabelecidos nesses contextos. Se tivéssemos mundo e tempo suficientes...

Quando a teologia é teológica? Não quando se vê como uma colaboradora bem-comportada e um tanto cordata nas discussões mais amplas da academia, trazendo seus próprios “valores” a uma agenda que lhe é estranha, e frequentemente percebendo-se a ler um roteiro escrito por outros: esse é simplesmente o triunfo da faculdade filosófica considerada por Kant como o destino da teologia na era da crítica. Nem quando tenta dar alguma coerência a suas atividades em diálogos diligentes entre disciplinas: “teologia e estudos bíblicos” e coisas semelhantes. Tais diálogos, embora sejam agradáveis e instrutivos, comumente supõem que, embora a família tenha se partido e seus membros seguido caminhos separados, não há razão para não fazer um piquenique de vez em quando. Algo mais abrangente é exigido de nós: uma recuperação da *sacra doctrina* em seu sentido mais completo, e das suas funções concomitantes da instrução divina, da igreja, da santidade, e semelhantes. É incerto se as instituições teológicas possuem a disposição e a capacidade para tal

recuperação. Mas uma teologia adequadamente teológica não tem motivos para fechar-se em lamento, e todos os motivos para abraçar aquela magnanimidade na qual nos direcionamos a grandes questões. “Se a tua lei não tivesse sido o meu prazer, há muito eu teria perecido na minha angústia”, diz o salmista (Sl 119:92); mas a palavra do Senhor está, de fato, “firmada no céu” (Sl 119:89), e, portanto, a teologia teológica é possível.

Referências

AQUINAS, Thomas. **Summa Theologiae**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

AUGUSTINE. **City of God**. Nicean and Post-Nicean Fathers, Series 1, Vol. 2. Grand Rapids: Eerdmans, 1994.

AUGUSTINE. **On the Trinity**. Nicean and Post-Nicean Fathers, Series 1, Vol. 3. Grand Rapids: Eerdmans, 1994.

CALVIN, John. **Institutes of the Christian Religion**. Philadelphia: Westminster Press, 1960. (Library of Christian Classics).

CLEMENT OF ALEXANDRIA. **Christ the Educator**. Fathers of the Church. Washington: Catholic University of America Press, 1954.

GREGORY THE GREAT. **Morals on the Book of Job**. Oxford: J. H. Parker, 1844.

OWEN, John. **Christologia**. The Works of John Owen, Vol. 1. Christian Classics Ethereal Library, 2000.

Recebido em: 13/08/2024
Aprovado em: 16/10/2024